



PROCESSO	215740/2017
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
O.S	8592/2017
ASSUNTO	MONITORAMENTO (DEFESA)
GESTOR	MARINEZ DE CAMPOS
RELATOR	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ HENRIQUE MORAES DE LIMA
AUDITOR	SUZANE MARIA TEIXEIRA PEDROSO DE FIGUEIREDO

Senhor Secretário

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de processo de defesa referente aos apontamentos iniciais do Relatório Preliminar onde se concluiu que Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste atendeu 35,4% requisitos legais de transparência ativa.

O Gestor, Sr. **MARINEZ DE CAMPOS**, se manifesta nos autos com relação aos itens pendentes, conforme Documento nº 215740/2017 (fls. 01 a 86 TCE):

2. DA DEFESA

Síntese da Defesa

De uma forma geral o Gestor utiliza o mesmo argumento para todas as irregularidades, informando que o Portal do município, encontra-se ativo contendo todas as informações exigidas pela Legislação.



No entanto, alega que a indisponibilidade de alguns itens decorre da eventual manutenção, tanto no site quanto no sistema.

Não obstante, apresenta nesta oportunidade os “prints” da página onde se observa a indicação da existência dos documentos anteriormente ausentes no site e solicita o saneamento de todos os itens.

Da análise da Defesa

Verificou-se novamente todos os itens apontados anteriormente como irregulares e constatou-se a veracidade para os argumentos apresentados somente para os apontamentos 1.1, 3.5, 3.10, 3.11, 3.12, 3.20, 3.22, 3.28, 3.37,3.45, 3.46, 3.47, 3.48, 3,49 e 4.1:

1.1) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, o Decreto de programação orçamentária e financeira, com seus anexos e respectivas alterações. - Tópico - 2.6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO;

3.5) O Portal Transparência não disponibiliza a legislação atualizada sobre a estrutura, competências e atribuições dos órgãos e entidades do Poder Executivo municipal. - Tópico - 2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL;

3.10) Não disponibilização no Portal Transparência da legislação tributária vigente que dispõe sobre renúncia de receitas. - Tópico - 2.9. RENÚNCIA DE RECEITA;

3.11) Não disponibilização no Portal Transparência da relação dos incentivos ou benefícios fiscais concedidos. - Tópico - 2.9. RENÚNCIA DE RECEITA;

3.12) Não disponibilização no Portal Transparência da cópia integral do processo de concessão de benefícios ou incentivos fiscais. - Tópico - 2.9. RENÚNCIA DE RECEITA;

3.20) Não disponibilização de informação atualizada (2017) e detalhada sobre os itens que compõem a ata de registro de preços. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

3.28) Não disponibilização da relação atualizada e detalhamento dos repasses recebidos por meio de convênios.- Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;

3.37) O Portal Transparência não disponibiliza relação das obras realizadas no município. - Tópico – 2.18. PATRIMÔNIO;



- 3.45) Não disponibilização no Portal Transparência da legislação de implantação do Sistema de Controle Interno - Tópico - 2.20. CONTROLE INTERNO;
- 3.46) Não disponibilização no Portal Transparência das Normativas dos Sistemas de Controle Interno. - Tópico - 2.20. CONTROLE INTERNO;
- 3.47) Não disponibilização no Portal Transparência dos Relatórios, Pareceres e Recomendações expedidas pelo Controle Interno. - Tópico - 2.20. CONTROLE INTERNO;
- 3.48) Não disponibilização no Portal Transparência da legislação e o regimento interno dos Conselhos Municipais.- Tópico - 2.21. CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS;
- 3.49) Não disponibilização no Portal Transparência das atas de reuniões e pareceres emitidos pelos conselhos. - Tópico - 2.21. CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.
- 4.1) Não há informação disponível no Portal Transparência sobre as formas de contato com a Ouvidoria. - Tópico - 2.3. OUVIDORIA

Evidencia-se que o gestor apresenta o endereço <http://186.235.81.12:5656/transparência> para o acesso das informações relacionadas nas irregularidades **1.2, 1.3,1.4, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.9, 3.14, 3.15, 3.16, 3.25, 3.30, 3.34, 3.35, 3.38, 3.39, 3.40, 3.44**, no entanto esse link é do conhecimento restrito do jurisdicionado e as informações continuam indisponíveis aos cidadãos que acessam as informações por meio do Portal Transparência:<http://www.mirassoldoeste.mt.gov.b/transparência> e dessa forma essas **irregularidades permanecem:**

- 1.2) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS
- 1.3) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- 1.4) O Portal Transparência não disponibiliza os balancetes mensais de verificação. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- 2.1) Não disponibilização no Portal Transparência de informação em nível sintético e analítico da arrecadação da receita. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA
- 2.2) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa da receita arrecadada, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por ano, por mês e por órgão. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA;



- 2.3) O Portal Transparência não disponibiliza informação sobre a arrecadação da receita em tempo real. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.4) O Portal Transparência não disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.5) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa da despesa orçamentária. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.6) Não disponibilização no Portal Transparência de informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA
- 2.7) Não disponibilização no Portal Transparência dos empenhos realizados. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.8) Não disponibilização no Portal Transparência das liquidações realizadas vinculadas ao respectivo empenho.- Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.9) Não disponibilização no Portal Transparência dos pagamentos realizados vinculados à respectiva liquidação. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.10) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de pesquisa de empenhos, liquidações e pagamentos com opções de filtros. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.11) Não disponibilização no Portal Transparência dos empenhos realizados, com a indicação da licitação, da inexigibilidade ou da dispensa que deu origem à despesa. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.12) Não disponibilização no Portal Transparência dos empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA;
- 2.13) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre inscrição de restos a pagar. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR;
- 2.14) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre liquidação de restos a pagar não processados. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR;
- 2.15) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre pagamento restos a pagar. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR;
- 2.16) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de pesquisa de restos a pagar com opções de filtros. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR;
- 3.1) O Portal Transparência não contém ferramentas de pesquisa geral que permite o



acesso à informação de forma objetiva, transparente e clara. - Tópico - 2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA

3.2) O serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC) não gera o protocolo do requerimento e não permite o acompanhamento online das demandas. - Tópico - 2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

3.3) O Portal Transparência não disponibiliza as formas de contato com o Serviço de Informação ao Cidadão. - Tópico - 2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

3.4) O Portal Transparência não disponibiliza informações estatísticas sobre os pedidos de acesso à informação.- Tópico - 2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC);

3.6) O Portal Transparência não disponibiliza os relatórios anuais de avaliação do Plano Plurianual - PPA. - Tópico - 2.6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO;

3.9) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre receita pública em diversos formatos eletrônicos, descumprindo o item 3.5 inciso IV do TAG nº 55/2016/LAI. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA;

3.14) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

3.15) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações de restos a pagar em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR

3.16) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis. - Tópico - 2.12. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS;

3.25) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre Concessões e PPP em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.15. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA;

3.30) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre convênios, parcerias e instrumentos congêneres em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;

3.34) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.35) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada dos bens móveis e imóveis



(ativo imobilizado), próprios ou alugados. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO;

3.38) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre bens móveis e imóveis. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3.39) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre bens móveis e imóveis em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3.40) Não disponibilização no Portal Transparência da relação de frota de veículos e maquinários, próprios ou alugados, contendo a especificação, a marca e modelo, o ano de fabricação, a placa, o número patrimonial, o valor de aquisição, a data de aquisição, o valor patrimonial atual e o setor responsável pelo uso e guarda. -Tópico - 2.19. FROTA;

3.44) Não disponibilização no Portal Transparência da gravação das informações sobre frotas em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.19. FROTA.

As alegações do gestor quanto ao **item 1.5 permanece**, uma vez que somente o balanço geral anual consolidado encontra-se como informação no Portal, estando ausentes o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas e a decisão da Câmara Municipal:

1) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

1.5) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, o balanço geral anual consolidado e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas e a decisão da Câmara Municipal. - Tópico – 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS.

As irregularidades **3.7, 3.8, 3.13, 3.21, 3.24 permanecem**, uma vez que o gestor admite a ausência da informação no Portal Transparência e informa que providências foram adotadas no sentido de realizar implementações necessárias para sanar o apontamento:

3.7) O Portal Transparência não disponibiliza informação sobre lançamento, baixa, inscrição em dívida ativa e baixa de dívida ativa dos créditos tributários, por espécie de tributo de competência municipal. - Tópico - 2.8.RECEITA ORÇAMENTÁRIA

3.8) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa sobre lançamento, baixa, inscrição em dívida ativa e baixa de dívida ativa dos créditos tributários, por espécie de tributo, período e órgão. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA;



3.13) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre renúncia de receita pública em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.9. RENÚNCIA DE RECEITA;

3.21) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre atas de registro de preços em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

3.24) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre contratos administrativos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis. - Tópico - 2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

A alegação da defesa para os itens **3.17, 3.18 e 3.19 também não procedem**, uma vez que não se encontram disponíveis no Portal da Transparência as relações atualizadas com as informações correspondentes as atas de registro de preços, conforme apontamentos no relatório preliminar:

3.17) Não disponibilização da relação atualizada e o detalhamento das atas de registro de preços celebradas. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

3.18) Não disponibilização da relação atualizada dos órgãos e entidades autorizados a promover adesão à ata de registro de preços, com respectivos quantitativos e valores autorizados. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

3.19) Não disponibilização da relação atualizada dos órgãos e entidades não autorizados a promover adesão à ata de registro de preços. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

Divergindo do que alega a defesa, constata-se ainda que não se encontram disponibilizadas no Portal Transparência as informações em sua íntegra, conforme **apontamentos 3.22, 3.23, 3.26, 3.27, 3.29, 3.31, 3.32, 3.33, 3.41, 3.42, 3.43:**

3.22) Não disponibilização no Portal Transparência dos documentos referentes aos contratos administrativos. - Tópico - 2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;

3.23) Não disponibilização no Portal Transparência de opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratos administrativos. - Tópico - 2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.26) Não disponibilização dos documentos dos processos de seleção de instituições



públicas ou privadas para celebração de convênios, parcerias ou instrumentos congêneres. -

Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

3.27) Não disponibilização dos documentos de celebração e execução dos convênios, parcerias e instrumentos congêneres. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

3.29) Não disponibilização dos documentos referentes à celebração e execução dos convênios recebidos. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

3.31) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada dos aposentados e pensionistas. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.32) O Portal Transparência não disponibiliza o contracheque do pessoal ativo e inativo. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.33) O Portal Transparência não disponibiliza, por mês, a relação do pessoal inativo que compõe a respectiva folha de pagamento. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.41) Não disponibilização no Portal Transparência de informações detalhadas sobre o abastecimento da frota, própria ou alugada, por meio de empresa contatada ou reservatório próprio. - Tópico - 2.19. FROTA

3.42) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre o custo mensal de abastecimento e manutenção da frota, própria ou alugada. - Tópico - 2.19. FROTA

3.43) Não disponibilização no Portal Transparência de opções de filtros para pesquisa de informações sobre a frota de veículos e maquinários, o abastecimento da frota e o custo mensal da frota. - Tópico - 2.19. FROTA

O Gestor argumenta que não disponibiliza a informação referente ao apontamento **3.36**, por não existir transferências a terceiros de bens moveis ou imóveis, nem por permuta, doação ou cessão de uso. Considerando que os munícipes, via de regra, não são conhecedores dessa informação, entende-se que os mesmos deveriam ser informados da inexistência dessa ocorrência e dessa forma, tal procedimento atenderia ao dispositivo legal. Por isso, conclui-se que essa **irregularidade permanece**:

3.36) O Portal Transparência não disponibiliza relação dos bens móveis ou imóveis transferidos a terceiros por meio de alienação, permuta, doação ou cessão de uso. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3. CONCLUSÃO



Em face do exposto, consideram-se sanadas as irregularidades referentes aos itens 1.1, 3.5, 3.10, 3.11, 3.12, 3.20, 3.28, 3.37, 3.45, 3.46, 3.47, 3.48, 3.49 e 4.1, mantidas as irregularidades referente aos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.13, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19, 3.21, 3.22, 3.23, 3.24, 3.25, 3.26, 3.27, 3.29, 3.30, 3.31, 3.32, 3.33, 3.34, 3.35, 3.36, 3.38, 3.39, 3.40, 3.41, 3.42, 3.43, 3.44., conforme demonstrado a seguir:

1) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

1.1) SANADA

1.2) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.3) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.4) O Portal Transparência não disponibiliza os balancetes mensais de verificação. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS

1.5) O Portal Transparência não disponibiliza, por exercício financeiro, o balanço geral anual consolidado e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas e a decisão da Câmara Municipal. - Tópico - 2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS

2) DB16 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_16. Não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000).

2.1) Não disponibilização no Portal Transparência de informação em nível sintético e analítico da arrecadação da receita. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2.2) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa da receita arrecadada, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por ano, por mês e por órgão. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2.3) O Portal Transparência não disponibiliza informação sobre a arrecadação da receita em tempo real. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA



2.4) O Portal Transparência não disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.5) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa da despesa orçamentária. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.6) Não disponibilização no Portal Transparência de informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.7) Não disponibilização no Portal Transparência dos empenhos realizados. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.8) Não disponibilização no Portal Transparência das liquidações realizadas vinculadas ao respectivo empenho.- Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.9) Não disponibilização no Portal Transparência dos pagamentos realizados vinculados à respectiva liquidação. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.10) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de pesquisa de empenhos, liquidações e pagamentos com opções de filtros. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.11) Não disponibilização no Portal Transparência dos empenhos realizados, com a indicação da licitação, da inexigibilidade ou da dispensa que deu origem à despesa. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.12) Não disponibilização no Portal Transparência dos empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

2.13) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre inscrição de restos a pagar. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR

2.14) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre liquidação de restos a pagar não processados. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR

2.15) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre pagamento restos a pagar. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR

2.16) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de pesquisa de restos a pagar com opções de filtros. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR

3) NB10 DIVERSOS_GRAVE_10. Descumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 ;Resolução Normativa TCE nº 25/2012, atualizada pela Resolução Normativa TCE nº 14/2013)

3.1) O Portal Transparência não contém ferramentas de pesquisa geral que permite o



acesso à informação de forma objetiva, transparente e clara. - Tópico - 2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA

3.2) O serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC) não gera o protocolo do requerimento e não permite o acompanhamento online das demandas. - Tópico - 2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

3.3) O Portal Transparência não disponibiliza as formas de contato com o Serviço de Informação ao Cidadão. - Tópico - 2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

3.4) O Portal Transparência não disponibiliza informações estatísticas sobre os pedidos de acesso à informação.- Tópico - 2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

3.5) SANADA

3.6) O Portal Transparência não disponibiliza os relatórios anuais de avaliação do Plano Plurianual - PPA. - Tópico - 2.6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

3.7) O Portal Transparência não disponibiliza informação sobre lançamento, baixa, inscrição em dívida ativa e baixa de dívida ativa dos créditos tributários, por espécie de tributo de competência municipal. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

3.8) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa sobre lançamento, baixa, inscrição em dívida ativa e baixa de dívida ativa dos créditos tributários, por espécie de tributo, período e órgão. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

3.9) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre receita pública em diversos formatos eletrônicos, descumprindo o item 3.5 inciso IV do TAG nº 55/2016/LAI. - Tópico - 2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

3.10) SANADA

3.11) SANADA

3.12) SANADA

3.13) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre renúncia de receita pública em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.9. RENÚNCIA DE RECEITA

3.14) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

3.15) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações de restos a pagar em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.11. RESTOS A PAGAR



3.16) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis. - Tópico - 2.12. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

3.17) Não disponibilização da relação atualizada e o detalhamento das atas de registro de preços celebradas. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.18) Não disponibilização da relação atualizada dos órgãos e entidades autorizados a promover adesão à ata de registro de preços, com respectivos quantitativos e valores autorizados. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.19) Não disponibilização da relação atualizada dos órgãos e entidades não autorizados a promover adesão à ata de registro de preços. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.20) SANADA

3.21) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre atas de registro de preços em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.22) SANADA

3.23) Não disponibilização no Portal Transparência de opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratos administrativos. - Tópico - 2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.24) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre contratos administrativos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis. - Tópico - 2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.25) Não disponibilização no Portal Transparência de mecanismo de gravação das informações sobre Concessões e PPP em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.15. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA

3.26) Não disponibilização dos documentos dos processos de seleção de instituições públicas ou privadas para celebração de convênios, parcerias ou instrumentos congêneres. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

3.27) Não disponibilização dos documentos de celebração e execução dos convênios, parcerias e instrumentos congêneres. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

3.28) SANADA

3.29) Não disponibilização dos documentos referentes à celebração e execução dos convênios recebidos. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS



3.30) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre convênios, parcerias e instrumentos congêneres em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

3.31) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada dos aposentados e pensionistas. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.32) O Portal Transparência não disponibiliza o contracheque do pessoal ativo e inativo. - Tópico – 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.33) O Portal Transparência não disponibiliza, por mês, a relação do pessoal inativo que compõe a respectiva folha de pagamento. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.34) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.17. GESTÃO DE PESSOAS

3.35) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada dos bens móveis e imóveis (ativo immobilizado), próprios ou alugados. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3.36) O Portal Transparência não disponibiliza relação dos bens móveis ou imóveis transferidos a terceiros por meio de alienação, permuta, doação ou cessão de uso. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3.37) SANADA

3.38) O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre bens móveis e imóveis. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3.39) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre bens móveis e imóveis em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.18. PATRIMÔNIO

3.40) Não disponibilização no Portal Transparência da relação de frota de veículos e maquinários, próprios ou alugados, contendo a especificação, a marca e modelo, o ano de fabricação, a placa, o número patrimonial, o valor de aquisição, a data de aquisição, o valor patrimonial atual e o setor responsável pelo uso e guarda. -Tópico - 2.19. FROTA

3.41) Não disponibilização no Portal Transparência de informações detalhadas sobre o abastecimento da frota, própria ou alugada, por meio de empresa contatada ou reservatório próprio. - Tópico - 2.19. FROTA

3.42) Não disponibilização no Portal Transparência de informações sobre o custo mensal de abastecimento e manutenção da frota, própria ou alugada. - Tópico - 2.19. FROTA

3.43) Não disponibilização no Portal Transparência de opções de filtros para pesquisa de informações sobre a frota de veículos e maquinários, o abastecimento da frota e o custo mensal da frota. - Tópico - 2.19. FROTA

3.44) Não disponibilização no Portal Transparência da gravação das informações sobre



frotas em diversos formatos eletrônicos. - Tópico - 2.19. FROTA

3.45) **SANADA**

3.46) **SANADA**

3.47) **SANADA**

3.48) **SANADA**

3.49) **SANADA**

4) NB99 DIVERSOS_GRAVE_99. Irregularidade referente ao assunto “Diversos”, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

4.1) SANADA

É o relatório que se submete à apreciação superior.

Secretaria de Controle Externo da Primeira Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá-MT, 19 de fevereiro de 2018.

SUZANE MARIA TEIXEIRA PEDROSO DE FIGUEIREDO

Técnico de Controle Público Externo